

## ATA DE REUNIÃO

### ATA DA SEGUNDA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE URBANIZAÇÃO, TRANSPORTES E HABITAÇÃO DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 20-2-2024.

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às dez horas e dezesseis minutos, reuniu-se, na sala número 301 deste Legislativo, a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Cassiá Carpes, Giovani Culau e Coletivo, Jessé Sangalli, José Freitas, Karen Santos e Pablo Melo. Presentes, também, as vereadoras Biga Pereira e Cláudia Araújo. Constatada a existência de quórum, de imediato foi aprovada a Ata da primeira reunião (ordinária), tendo sido dispensada a leitura da mesma. A seguir, foram DISTRIBUÍDOS, para parecer, os seguintes Processos: ao vereador Giovani Culau e Coletivo, o Veto Parcial ao Projeto de Lei do Executivo nº 037/23 (Processo nº 1126/23); e à vereadora Karen Santos, o Projeto de Lei do Legislativo nº 349/21 (Processo nº 0833/21), com a Emenda nº 01. Registra-se que foram APROVADOS, de acordo com os §§4º e 5º do art. 42 do Regimento, os seguintes Pareceres: no dia nove de fevereiro do corrente ano, nº 001/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 002/20 – Processo nº 0002/20), nº 002/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 084/23 – Processo nº 0180/23), e nº 003/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 650/23 – Processo nº 1112/23), todos de autoria do vereador José Freitas; no dia quatorze de fevereiro do corrente ano, nº 004/24 (Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/23 – Processo nº 0826/23), e nº 005/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 144/23 – Processo nº 0294/23), à Emenda nº 02, ambos de autoria da vereadora Karen Santos; no dia dezesseis de fevereiro do corrente ano, nº 006/24 (Indicação nº 008/23 – Processo nº 1308/23), nº 007/24 (Projeto de Lei do Executivo nº 015/23 – Processo nº 0622/23), nº 008/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 267/21 – Processo nº 0655/21), e nº 009/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 302/22 – Processo nº 0596/22), todos de autoria do vereador Cassiá Carpes; e nº 010/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 247/17 – Processo nº 1854/17), de autoria da vereadora Karen Santos. Em continuidade, o senhor Presidente comunicou que a presente Reunião seria destinada a tratar acerca da seguinte pauta: Preparação de Porto Alegre para os eventos climáticos. Alertou sobre a urgência de discutir e trazer soluções para as emergências climáticas no Município. Disse que vivemos uma nova realidade marcada por profunda crise, a qual é consequência das alterações climáticas muitas vezes tratadas com descaso e negacionismo, e enfatizou ser preciso encarar esse tema como prioridade em dois mil e vinte e quatro. Lembrou que o ano iniciou com temporais que deixaram parte dos bairros da Cidade sem abastecimento de água e energia elétrica por até uma semana, e questionou qual será o plano de ação para Porto Alegre não viver daqui para frente o que viveu no passado, e como será feita a reparação dos danos. Na sequência, o senhor Presidente convidou para compor a Mesa dos trabalhos os senhores Biga Pereira, vereadora da Capital; Angela Maria Comunal, representante da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA); Evaldo Rodrigues de Oliveira Júnior, diretor-geral da Defesa Civil de Porto Alegre; Olivia Trevisani Bertolini Monteiro, representante da Coordenação de Resiliência e Redes da Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política (SMGOV); Rovana Reali Bortolini, diretora de projetos e políticas de sustentabilidade da Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAMUS); Joice Becker, representante do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE); Fabio Cristiano Lopes, capitão do Corpo de Bombeiros Militar; Julio Eloi Hofer, assessor institucional da presidência da CEEE - Grupo Equatorial Energia; Hélio de Almeida Oliveira, representante da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSUrb); Rafael Pedro Magagnin, Defensor Público, dirigente do Núcleo de Defesa do Consumidor e Tutelas Coletivas (NUDECONTU); e Diego Dewes da Silva, representante do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária (SMHARF). Em prosseguimento, o senhor Presidente concedeu a palavra aos convidados para suas manifestações. A senhora Angela Maria Comunal afirmou que, enquanto movimento comunitário, entende ser a pauta da reunião de suma importância para a Cidade. Disse que os desafios enfrentados nos diversos bairros após as chuvas ocorridas nos últimos meses constataram a falta de preparo por parte do Município, pois a Cidade vive uma situação complicada, necessitando de planejamento e organização para enfrentar as consequências dos eventos climáticos. Lembrou os prejuízos ocorridos nos bairros, desde o Extremo Sul, Cefer, Morro da Cruz, Campo Novo, Rubem Berta, Humaitá, entre outros. O senhor Evaldo Rodrigues de Oliveira Júnior explicou que, em curto período, a Defesa Civil passou por reestruturação, tanto na infraestrutura quanto na forma de atuação na Cidade, sendo deslocada para o gabinete oficial do Prefeito, objetivando interagir com todas as estruturas governamentais. Destacou a necessidade da participação comunitária na prevenção de eventuais consequências de desastres naturais, e que é preciso falar em prevenção e preparação, mostrando às comunidades os riscos a que elas estão submetidas, levando orientação e serviços de forma a minimizar os impactos dos efeitos climáticos. Afirmou que haverá o ingresso de novos agentes no próximo ano, por intermédio de concurso público, e que o foco para dois mil e vinte e quatro será a instalação de núcleos comunitários da Defesa Civil nos bairros da Cidade. Esclareceu que o plano de contingência está publicado na página da Defesa Civil, e que no dia dezanove de fevereiro do corrente ano foi lançado o serviço de alerta da Defesa, setorizado nas dezessete regiões e divulgado através de SMS ou WhatsApp, mediante inscrição do interessado através do telefone 156. O senhor Julio Eloi Hofer discorreu sobre as dificuldades de manter a arborização da Cidade sem prejudicar a fiação elétrica. Disse que o Município e a Equatorial precisam traçar estratégias para manter e melhorar o ativo florestal, o qual foi construído ao longo do tempo. Afirmou que a Equatorial vem trabalhando em parceria com a Prefeitura e as diversas Secretarias, somando esforços como filosofia

de trabalho. Esclareceu que a maioria da rede da Cidade não possui proteção, e ao mínimo contato com os galhos das árvores desliga as chaves e transformadores. Explicou que a empresa está fazendo a substituição da fiação atual por cabos ecológicos, a fim de evitar a queda da rede de energia durante os temporais. Pontuou a necessidade da regularização fundiária na Capital, pois há clientes em situação irregular, e que a Equatorial tem interesse em investir na regularização dessas áreas, objetivando melhorar a qualidade de vida dessas comunidades. A senhora Joice Becker esclareceu que o DMAE conta com mais de oitenta estações de bombeamento de água tratada e vinte e três de bombeamento de águas pluviais, e que há em curso um estudo para selecionar quais estações de bombeamento poderiam ser assistidas por geradores de energia, respeitando os custos da tarifa e o impacto ambiental. Afirmou que o departamento estuda a possibilidade da implementação de geradores móveis, sem onerar a tarifa, contando com a parceria da Equatorial. Disse que o tratamento de podas em Belém Novo amenizou os danos dos últimos eventos climáticos, e que as obras da adutora do Arado estão em fase de finalização. Mencionou também as demandas junto ao DMAE por parte dos bairros Morro da Cruz, Belém Novo e Lomba do Pinheiro. O senhor Rafael Pedro Magagnin disse que o debate é importante para a população de Porto Alegre, pois estamos enfrentando uma nova realidade. Ressaltou a atuação da Defensoria Pública em eventos extraordinários nos bairros atingidos nos últimos temporais. Exemplificou a situação das Ilhas, as quais a Defensoria trabalhou junto à população "pós-evento" em janeiro do corrente ano, e que tiveram problemas sérios, sem a solução rápida e reparação dos danos por parte da Equatorial. Lembrou a perda de perecíveis, medicamentos e equipamentos nos sete dias sem energia elétrica no local. Sugeriu que a população deve ser devidamente informada sobre como proceder e buscar a devida reparação. Lembrou que a prevenção é importante, pois a questão climática está mais intensa a cada evento. O senhor Diego Dewes da Silva informou que o DEMHAB, em parceria com a Defesa Civil e outras Secretarias, elaborou várias propostas de ações emergenciais para atuação nas áreas de risco da Cidade. Disse que entre os anos dois mil e treze e dois mil e vinte e três aumentaram de onze para cinquenta e um o número de áreas de risco, e que a partir de ações pontuais cinco dessas áreas receberam recursos para a contenção de encostas. Esclareceu a questão da distribuição de telhas por intermédio do Município com perspectiva de entrega rápida. Manifestaram-se sobre o assunto os vereadores Biga Pereira, Cassiá Carpes, Jessé Sangalli, José Freitas, Karen Santos e Pablo Melo; e os senhores Denise Moreira, conselheira do Orçamento Participativo (OP), representando a zona sul da Capital; Mylena Soares da Rosa, representante do Coletivo Preta Velha; Valdemar de Jesus da Silva, presidente da Federação Gaúcha das Uniãoes de Associações de Moradores e Entidades Comunitárias (FEGAMEC); Jaina, representante da Associação Sarai Soares; Simone Azambuja, representante da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN); Lucas Silveira, presidente da Associação de Moradores do Parque dos Maias; Lucimara, representante do Grupo de Pesquisa Identidade e Território da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Luiz Almeida, assessor do vereador Jonas Reis; Marcelo Dias, assessor da deputada estadual Bruna Rodrigues; Emerson Weitz, representante do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (InGá); Nilton, representante do Movimento Preserva Belém Novo, entre outros. Os encaminhamentos definidos na reunião foram os seguintes: formação de um grupo de trabalho (GT), a fim de fiscalizar as demandas da Cidade no que se refere a preparação para os eventos climáticos, encaminhando sugestões ao Executivo; acompanhar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Equatorial, garantindo a participação popular; e disponibilizar instrumento que garanta a participação da população da Cidade na atualização do plano de contingência da Defesa Civil para o Município. Às treze horas e quatorze minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Registra-se que o teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta reunião. Os trabalhos foram presididos pelos vereadores Cassiá Carpes e Giovani Culau e Coletivo. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente desta Comissão, vereador Giovani Culau e Coletivo.



Documento assinado eletronicamente por **Giovani Culau Oliveira, Vereador(a)**, em 26/02/2024, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0698385** e o código CRC **6116B42C**.